

SAÚDE MENTAL DA MULHER: PERSPECTIVAS A PARTIR DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO¹

Camila Aurea de Andrade Melo*

Lavínia Baeta Lacerda Vitoreti*

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o sofrimento psíquico das mulheres sob a ótica da categoria do sofrimento ético-político. A pesquisa está embasada na metodologia qualitativa do tipo revisão bibliográfica narrativa, a partir do viés da Psicologia Social Crítica tendo como objetivos: analisar a interface da representação social da mulher com as concepções de loucura; traçar um paralelo entre o “tornar-se mulher” e o “tornar-se louca” historicamente e; problematizar o sofrimento psíquico feminino enquanto sofrimento ético-político. Os resultados da pesquisa apontam que o sofrimento psíquico das mulheres é concebido, também como uma construção social através das desigualdades entre os gêneros, perpetuando uma lógica de poder e dominação dos homens sobre as mulheres.

Palavras Chave: GÊNERO, LOUCURA, SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO.

¹ TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (FACEC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

*Camila Aurea de Andrade Melo – Estudante do 10º Período de Psicologia – camila.aa.melo@live.com

*Lavínia Baeta Lacerda Vitoreti - Estudante do 9º Período de Psicologia – laviniablvitoreti@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste estudo, discute-se as implicações das relações de gênero na saúde mental da mulher e o contexto histórico e social que atravessa a articulação desses conceitos a partir da epistemologia do sofrimento ético-político proposto por Bader Buhigan Sawaia (1999) à luz da Psicologia Social Crítica. A pesquisa está embasada na metodologia qualitativa do tipo revisão bibliográfica narrativa, tendo como objetivos: analisar a interface da representação social da mulher com as concepções de loucura; traçar um paralelo entre o “tornar-se mulher” e o “tornar-se louca” historicamente e; problematizar o sofrimento psíquico feminino enquanto sofrimento ético-político.

Estudar esse tema é extremamente relevante em nossa atualidade pelo fato de que na elaboração dos tratamentos para o sofrimento psíquico das mulheres nem sempre se leva em consideração as implicações relacionadas à construção social dos estereótipos da “loucura feminina” permeados pela violência de gênero que levam ao adoecimento mental dessa população.

Até o momento foram encontrados poucos trabalhos que discutam esse assunto sob o ponto de vista teórico e contextual, compilando as informações mais importantes sobre e correlacionando o sofrimento psíquico da mulher na perspectiva de um sofrimento ético-político. Dessa maneira, se fosse realizada uma revisão da literatura sobre o adoecimento mental das mulheres, esse estudo contribuiria com a ampliação dos conhecimentos dos leitores sobre essa temática específica, pois as revisões tem a função de preencher as lacunas existentes na literatura. Além disso, a realização desse trabalho contribuiu significativamente para o avanço acadêmico das pesquisadoras e, também, para a ampliação do conhecimento das mesmas sobre as fontes que discorrem sobre essa temática.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho ancora sua análise sobre o sofrimento psíquico da mulher enquanto uma construção social na ótica da compreensão do conceito de loucura de Michel Foucault (2006) em que “a loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou capturam”. Estabelecendo um diálogo com Simone de Beauvoir (1980) e sua obra *O Segundo Sexo* em que aponta que “não se nasce mulher, torna-se” e sob a luz da Psicologia Social ao qual Sílvia Lane (1989) assinala ser uma teoria que concebe o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade, entendendo que somente a partir desse conhecimento é possível compreender o homem enquanto produtor de sua história. Conforme pontua Sardenberg (2011):

[...] o conceito de gênero permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e em como essa construção legitima a situação “real” de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria gênero dá conta da diversidade da condição e experiência femininas em sociedades distintas, no tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior, ao possibilitar a análise de como os recortes de classe, raça e idade, dentre outros, permeiam as vivências de gênero, de sorte a resultarem em experiências femininas bastante distintas. Nessa perspectiva, portanto, é possível pensar as relações entre os sexos (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens), ou seja, as relações de gênero, no plano das relações sociais e, assim, como relações determinadas não “naturalmente” pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, historicamente específicas. (SARDENBERG, 2010, p. 45-46)

Por conseguinte, analisar a questão de gênero sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica se faz necessário porque ao se conceber as questões sociais como naturais, apenas acompanha-se seus movimentos sem que haja possibilidade de transformação (Bock, 2002).

Utiliza-se, nesse estudo, a perspectiva epistemológica do sofrimento ético-político proposta por Bader Sawaia (1999). A autora aponta que “é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente”. Considerando essa concepção, a autora indica que:

Dessa forma, se os brados de sofrimento evidenciam a dominação oculta em relações muitas vezes consideradas como parte da natureza humana, o conhecimento dos mesmos possibilita a análise da vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica, em outras palavras, da vivência do mal que existe na sociedade. (SAWAIA, 1999, p.99).

A dimensão do sofrimento ético político proposto por Sawaia, entra em consonância com a visão da Psicologia Social sobre o fenômeno do sofrimento das mulheres enquanto socialmente construído, dialogando com Michel Foucault (1961), em História da Loucura e com Silvia Federici (2004) em sua obra O Calibã e a Bruxa. Esta autora parte de uma análise marxista do capitalismo, reconhecendo a história enquanto a luta de classes e contextualiza os problemas que assolam e assolaram as mulheres em diferentes contextos, focando em momentos históricos e acontecimentos sociais, econômicos e políticos. Federici dialoga feminismo, Marx e Foucault, tecendo análises críticas que vão além das interpretações dos autores em questão.

2. SAÚDE MENTAL DA MULHER: PERSPECTIVAS A PARTIR DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Nos anos de 1960-1970 começaram a surgir produções de conhecimentos que pelos princípios e valores do feminismo estudavam as questões de gênero, objetivando desconstruir o conceito de essência feminina e o lugar social de desprivilegio e redução ao qual a mulher se encontrava. De uma ideia monolítica, aos poucos, foi elaborada uma compreensão pelo viés pluralista de mulheres. Assim, o conceito de mulher em uma compreensão essencialista foi dando lugar para uma visão ampla de possibilidades e interseccionalidades como as classes sociais e diferenças de raça-etnia, por exemplo.

Para Muraro (2007, p.47):

[...] Fins do século XX, ainda a relação homem/mulher era uma relação opressora/oprimida e todos também achavam isto natural. Até que as mulheres criaram a categoria gênero, que dava conta das relações de opressão que o patriarcado havia criado não só entre pobres e ricos como também entre homens e mulheres. Esta categoria vem a ser a categoria complementar da classe social e está se mostrando ser ainda mais importante do que ela: se através da luta das classes os seres humanos desejam acabar com as relações econômicas de dominação, através da luta de gênero, as mulheres simplesmente querem acabar com o patriarcado.

Dessa forma, ao pensarmos que existe uma construção do simbolismo dos gêneros, percebemos que, historicamente, os valores masculinos desempenharam e desempenham a função de força maior. Assim sendo, a mulher possui sua representação valorativa construída socialmente e culturalmente enquanto um ser inferior. Beauvoir, ao designar para as mulheres a função e lugar de “Outro”, apresenta o homem enquanto um ser universal, o que em outras palavras, traz os homens como a premissa única de possibilidade de construir-se um indivíduo.

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. (BEAUVOIR, 1970, p.179, v.1)

Em correlação, o feminismo foi se estabelecendo através de ondas de criações teóricas. Em uma delas, deu-se um passo importante, com as contribuições de Judith Butler (2012), que apontou que “gênero não é apenas uma construção social a partir da diferença sexual, mas que a própria diferença sexual é uma construção de gênero, ou seja, o suposto fato biológico é ‘descoberto’ a partir das possibilidades culturais.” Em um contexto onde o homem é visto através de uma representação patriarcal, temos então uma estratégia de sobrevivência/competição, que demonstra a coação social por meio da punição a qual esse processo se estabelece.

Essa estratégia de sobrevivência trouxe uma exacerbada competição que promove a manutenção do individualismo. Essa dinâmica, ainda apresentada pelas contribuições de Butler (2012), segrega o sujeito dos vínculos sociais, reforçando o sistema da meritocracia onde a mulher permanece como ser frágil e necessita do dobro de esforço que o homem necessita para chegarem no mesmo patamar profissional, pessoal e social. Sincronicamente, temos o crescimento da competitividade feminina, o que também constrói e sustenta o sofrimento psíquico.

Destarte, de acordo com Nicholson (2000), o movimento feminista trouxe consigo uma contribuição para o conceito de gênero, definido aqui como a descrição obtida pelo estudo das interações sociais, diferente no que até então fora determinado biologicamente de maneira oculta nos termos “sexo” feminino ou masculino, e “diferença sexual”. A utilização desses termos fazia com que a análise dos indivíduos fosse reduzida a questões apenas de diferenças físicas, especificamente às diferenças da genitália.

Aos poucos os termos “sexo feminino” e “sexo masculino” foram se articulando a outros sentidos possíveis de interpretação. Assim, ao longo da história podemos destacar alguns pontos relevantes, como apresenta Judith Butler, (1990, p. 300), que inicialmente o termo era referido ao estudo das mulheres e suas singularidades,

tornando-se cada vez mais relativo, até alcançarmos o conceito de relações de gênero em denotação dos valores e dos papéis sociais desenhados para mulheres e homens.

Nesse mesmo sentido Butler, (1990, p. 301) aponta que esses papéis definidos historicamente e os valores sociais que os acompanham são relacionais, estão perpassados e cobertos por incoerência social. As relações de gênero são, basicamente, permeadas pelas relações de poder, senão pelo próprio poder que o gênero masculino exerce sobre o gênero feminino. Em nosso meio cultural, o gênero é ainda associado as raízes do sistema patriarcal que conhecemos pelas sociedades ocidentais, onde a figura feminina é colocada à margem, à mercê.

Como exemplificação, alocamos aqui um marco histórico descrito por Federici, popularmente conhecido como “caça às bruxas”, que em seu efeito social demonstrou essa disputa hierárquica de gêneros, de um lugar de poder à qual mulheres enfrentaram e ainda enfrentam:

Se consideramos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a sua reprodução e de sua capacidade de cura. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. (FEDERICI, 2017, P.305)

De acordo com Sena (2018), esse marco histórico se estabeleceu na era medieval, onde as mulheres que decidiram se impor e legitimar o poder feminino se tornaram vítimas das diversas formas de atrocidades, em suma, quando estas eram acusadas de praticarem a bruxaria, ou, quando era suposto que as mesmas compactuavam com o demônio ao serem bruxas, sendo assim, como afirmam Alves e Pitanguy (2007), condenadas à morte em fogueiras:

Existe, nessa perseguição às “feiticeiras”, um elemento claro de luta pela manutenção de uma posição de poder por parte do homem: a mulher, tida como bruxa, supostamente possuiria conhecimentos que lhe confeririam espaços de atuação que escapavam ao domínio masculino (ALVES, PITANGUY, 2007, p.21).

Considerando esta herança histórica, Sena (2018), afirma por Alves e Pitanguy, (p.21), que ainda que a “caça às bruxas” e as práticas genocidas direcionadas ao sexo feminino tenham descontinuado no século XVIII, foram ainda impostas novas maneiras de submissão à figura feminina. Nessa perspectiva, em paralelo com o crescimento da classe burguesa, por exemplo, as mulheres saíram do papel social de “bruxas” a passaram a serem consideradas “anjos do lar”, devido à supervalorização e romantização do papel social de mãe, assim como seu papel de cuidadora do lar e da família (JAGOE, 1998 apud SANTOS; PINHEIRO, 2016, p. 395), no entanto, as mulheres continuavam reclusas e limitadas ao ambiente doméstico, sem terem garantia do direito de uma vida com convivência social, cultura, educação, de uma experiência de trabalho externo - este considerado “negócio” exclusivo à figura masculina,- desprovidas ainda de exercerem função em cargos públicos e de serem líderes, ou diretoras, sendo “consideradas incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela” (RAGO, 2004, p.35). Considerações estas que demonstram e afirmam a construção do sofrimento psíquico feminino, sendo este, portanto, um constructo socio-histórico-cultural mediado pelo moralismo maior da figura masculina.

Não obstante, quando uma mulher escolhe exercer sua função social de maneira autônoma à essa hierarquia de poder masculino, a mesma é rapidamente cercada por impedimentos que possuem o objetivo de controlar e silenciar sua expressividade e liberdade. Posto isto, as relações de gênero, mais especificamente ao gênero feminino, estão inevitavelmente implicadas às questões de saúde mental.

Não é incomum encontrarmos no campo simbólico, nos discursos e figurações, a associação entre feminino e loucura. Esta ligação se estabelece relacionada à ideia de que há uma debilidade característica do feminino, quer dizer, que há uma loucura

propriamente feminina, que refere-se especificamente e precisamente à forma de desejar da mulher, nas mais diversas esferas da vida, amorosa, matrimonial, sexual, profissional, etc. (JAGOE, 1998; BADINTER, 1986).

Dessa forma, o tornar-se mulher ou tornar-se homem na nossa sociedade, diz de uma obrigação em aceitar o corpo enquanto uma historicidade representativa de feminino e masculino. Partindo disso, o que emerge no feminismo é o reconhecimento e validação de que “minha dor, meu silêncio, ou minha cólera, ou minha percepção não são finalmente somente minhas e que me localizam em uma situação cultural compartilhada que me permite então habilitar-me e me capacitar em vias insuspeitáveis” (BUTLER, 1990, p. 301).

Por conseguinte, têm-se a loucura enquanto uma criação social, que ao ser estudada, deve ser considerada nas mais diversas faces possíveis de sua constituição, uma vez que a inferência do conceito loucura está embasada nos inúmeros estereótipos, construtos e preconceitos sociais existentes, como afirma Foucault, “a loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou capturam” (FOUCAULT, 2006, p.163).

2.2 SAÚDE MENTAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

Saúde mental é um tema que tem tido uma crescente visibilidade nos tempos atuais. Tanto os meios de divulgação acadêmica quanto os demais canais de comunicação da sociedade tem se debruçado sobre o assunto, impulsionando novos estudos que têm possibilitado o avanço dos saberes sobre o tema em seus inúmeros aspectos. Sabe-se, por exemplo, que adoecimento mental e sofrimento psíquico já estão entre os males mais frequentes e prejudiciais em todo o mundo e que o número total de acometidos tende a crescer de acordo com dados epidemiológicos internacionais (OMS, 2017).

Todavia, embora indivíduos de todas as classes, raças e gêneros estejam sujeitos a este tipo de adoecimento, os diferentes grupos sociais são afetados por questões de saúde de modo específico, estando as minorias mais expostas a

vulnerabilidades. Portanto, a posição que os indivíduos ocupam na hierarquia social tem impacto direto na exposição a condições diversas de insalubridade e no nível de acesso a serviços de saúde, o que a OMS classifica como os determinantes sociais de saúde que são as “circunstâncias em que as populações crescem, vivem, trabalham e envelhecem, bem como os sistemas implementados para lidar com a doença”, circunstâncias tais que são moldadas, por outro lado, por “forças de ordem política, social e econômica” (COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2010, P. 1). Nesse sentido, as condições de vida mostram-se determinadas pelo lugar que cada um ocupa na organização social.

Alguns autores como Philipps e First, citados por Zanello (2012), demonstram o quanto o gênero é um importante tema para a compreensão do conceito de transtorno mental. Segundo eles, o gênero e suas idealizações podem potencialmente interferir em todas as questões que lidamos na psicopatologia, inclusive em fatores como a prevalências dos transtornos mentais em mulheres, a forma com que os sintomas são manifestados em homens e mulheres, sendo possível analisar maior intensidade de expressão nas mulheres, e ainda outros como o curso das doenças e a procura pelo tratamento, assim como a eficácia do mesmo. Os autores pontuam, ainda, que os estudos das relações de gênero podem servir como contribuição relevante para compreender duas temáticas importantes em saúde mental, que são: a etiologia dos transtornos mentais e a epidemiologia.

Na epidemiologia, Valeska Zanello e René Marc Costa e Silva (2012), colocam como premissa o questionamento da razão de maior incidência de transtornos em mulheres como, por exemplo, a depressão, correspondente de 2 a 3 casos de incidência em mulheres para cada caso em homens (Zanello, 2012). Como justificativa plausível aos estudos de gênero, temos uma que corresponde a biologização, e outra em uma perspectiva sócio-histórica. A primeira que vem crescendo fortemente em um raciocínio acrítico se daria pela predominância devido aos hormônios femininos, que aqui são vistos como justificativas para sintomas depressivos, já na segunda, em paralelo, temos a preocupação conduzida nas questões sociais, materiais e existenciais que acarretam ao sofrimento psíquico, assim como sua intensificação. Nesta última, notamos que os fatores de risco que se relacionam a depressão e sintomas em questão, não engendrados, pois, nos

deparamos com estatísticas importantes sobre índices de alfabetização, remunerações não correspondentes, e prevalência das violências físicas, verbais, emocionais e sexuais às mulheres.

Por outro lado, quando os autores Zanello e Costa e Silva (2012) discorrem de etiologia, os questionamentos surgem entre as singularidades dos corpos, entre semelhanças, especificidades e diferenças. Para além desses fatores, é analisado as diferenças e distinções entre os papéis sociais e lugares sociais que cada um desempenha, de maneira arraigada ao gênero e a historicidade. A base conceitual dessa pesquisa desenvolvida pelos autores corresponde a termos como a plasticidade cerebral, e ainda, o trabalho de correlacionar as experiências nos níveis de desenvolvimento infantil, que refletem e por muitas vezes são causas de vulnerabilidade e maior incidência de quadros psicopatológicos futuramente.

Ainda diante da perspectiva de Philipps e First, citados por Zanello (2012), outro ponto importante que podemos ressaltar quando falamos da releitura da saúde mental em uma perspectiva de gênero na atualidade se trata da ótica que o profissional possui ao avaliar um paciente. Nossa maneira de ver o outro é marcada pelos valores sociais e culturais de gênero que somos ensinados, fator este que se transforma em um determinante para a interpretação dos sintomas. A tendência é o pré-julgamento, e a avaliação dos sintomas através das características padronizadas e idealizadas, inseridas em nossa mente e constituídas na cultura. Entretanto, mesmo quando os sintomas são manifestações correspondentes ao que a ciência traz, suas maneiras de expressar ainda assim são permeadas e coagidas pelo processo sócio-histórico-cultural ao qual o indivíduo vivencia.

Sendo assim, podemos dizer que se esse processo de diagnóstico proposto por Zanello e Costa e Silva (2012), não pode ser criado sem interferências das óticas sociais, deve-se repensar as manifestações dos sintomas e a expressão das síndromes, assim como, repensar e recriar os critérios que levam aos diagnósticos diferentes para os gêneros. É necessário educar o viés do olhar clínico para propor a crítica às próprias concepções e valores das relações de gênero, para que estas não interfiram de maneira silenciosa e invisível no processo de diagnóstico transparente, inviabilizando o mesmo.

Para Paul Farmer (1996), o processo de adoecer no âmbito orgânico e psíquico paralelamente seria na verdade constituído em uma pirâmide, onde o auge da manifestação do sofrimento de um indivíduo seria o topo, o que se expressa como insustentável. Esse sofrimento, já estaria sendo construído em vivências ao longo da vida, onde a base do mesmo, seria expressa pelas condições materiais, sociais, culturais como os papéis sociais de gênero pré-definidos e a pressão que a sociedade impõe para que os sujeitos se enquadrem nos mesmos. Esse processo seria, portanto, nominado como violência estrutural.

Conquanto, não há consenso na literatura sobre uma demarcação conceitual de saúde mental, mas, sabe-se que se trata de um fenômeno complexo sobre o qual convergem fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e econômicos. Por conseguinte, deve também contemplar o “bem-estar subjetivo, a autoeficácia, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional” (OMS, 2001, p.18).

Dessa forma, o processo de sofrer psiquicamente é construído pela sociedade no momento em que nos tornamos sujeitos afetados pela mesma, onde seria disposto que nos conformemos com os valores e normas que ali são impostos, a depender de uma determinada cultura e sua temporalidade. Isto é, o que acreditamos ser subjetivo e individual, como as vivências e o mal-estar sentido por cada um, é na verdade, um sintoma em comum nos gêneros onde cada mulher e cada homem compartilha da expressão regular dos sentimentos, sofrimentos e papéis sociais moldados dentro de uma configuração social específica. (SANTOS, 2009)

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os transtornos mentais comuns (TMC), possuem especificidade de sintomas e prevalência em mulheres, como a insônia, fadiga, cansaço, irritabilidade, ansiedade e depressão. A proporção maior se dá na depressão e na ansiedade, onde encontra-se uma incidência de duas mulheres diagnosticadas com os TMC's para cada homem. (CARVALHO; COELHO, 2005; COUTO-OLIVEIRA, 2007; ANDRADE; VIANA; SILVEIRA, 2006).

Em defesa, existem alguns fatores de risco que são encontrados comumente em vários estudos realizados para a depressão e a ansiedade em mulheres, entre eles fatores sociais como dupla ou tripla jornada de trabalho, pobreza, ser responsável financeiramente pela família, baixo nível de escolarização, sobrecarga de serviço

doméstico ou até mesmo em empresas, ter filhos - assim como a quantidade dos mesmos, violência sofrida pelo companheiro, namorado, marido, (seja familiar, psicológica, física, emocional, etc.), estar casada, viúva ou separada, fatores de raça (prevalência entre negras e pardas), nível de empregabilidade (desempregada, empregada informalmente), vida social de qualidade com direito a lazer e vivências externas, entre outros. (LUDERMIR, 2008; OLIVEIRA, 2000; ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005; CARVALHO; COELHO, 2005; ANDRADE; VIANA; SILVEIRA, 2006; SANTOS; KASSOUF, 2007; MARÍLIA, 2007).

Nesse sentido, o sofrimento poderia ser compreendido para além de uma decorrência de desregulação orgânica, mas sim, em uma perspectiva resultante de condições sociais e papéis sociais predominantes nas relações de gêneros.

Pensar em gênero e sua amplitude de significados e interpretações, é desmistificar as diferenças que são consideradas inerentes, intrínsecas acerca do tema, cuja discussão nos proporcionaria a desnaturalização biológica e concretização da sua importância e inevitabilidade social. No campo da saúde mental, damos lugar de destaque para tal, onde nos deparamos com os discursos científico e biológico, em consonância com as problemáticas sociais e o processo de inviabilização e medicalização que está arraigado à temática. A releitura da saúde mental nas relações de gênero inseridas em nossa contemporaneidade, nos conduz à uma reflexão que permite compreender o quanto a loucura pode estar engendrada, representando uma violência de gênero silenciosa.

Perante o exposto, destaca-se a importância de estudos que correlacionem as categorias de gêneros na atualidade, principalmente os estudos que trazem a consonância dos papéis sociais da mulher e do homem. Em defesa, Zanello e Bukowitz (2011) contribuem com a ideia de que essas categorias se complementam, são superpostas, e pertencem, portanto, a uma mesma lógica social, o que demonstra que o termo gênero vai para além da biologia expressa pelo conceito "sexo".

Em alguns estudos as autoras Zanello e Gomes (2010) e Zanello e Romero (2012), nos trazem a ideia de que as classes de mulheres que tem o valor social reconhecido são distribuídas em três camadas: as que renunciam a sexualidade e o desejo sexual; as que se enquadram nos traços sociais padronizados das reações

afetivas, e por último, mas não menos importante, as que se enquadram nos padrões da beleza estética. Essas três classes representam, em outras palavras, que a nossa cultura tem a mulher enquanto uma figura delineada, específica de beleza em seu modelo lipofóbico, veiculado a uma ideia de que esse seria, portanto, o padrão mínimo para todas as mulheres, segregando aquelas que de alguma maneira não se enquadram nesse padrão. Estas, vistas muitas vezes como seres inferiores, desacreditados, encobertas pela moralidade de “ser menos mulher”, apenas por apresentarem características diferentes às aceitas, padronizadas.

Essa moralização da imagem da mulher, advém de uma modificação ética da estética do corpo feminino, onde a mulher tem como obrigação o cuidado com o físico e o dever moral de ser bonita, transformando o ideal de beleza em algo que a mulher é sujeita, e não uma opção ou subjetividade, ainda que vivenciada como uma escolha pessoal. Portanto, o lugar que é dito como o que cabe a mulher é o lugar da família, onde existe o princípio de viver para os outros, viver para servir a outros; e uma mulher que não assume este papel ou se encontra fora deste padrão não somente é vista como uma violação social, mas ainda, é representada por uma desnaturalização. Esse mecanismo onde encontramos corpos em mulheres, e não mulheres em corpos, dispõe de um sacrifício de si, de viver no esquecimento do eu por amor ao outro:

Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são “diferentes”, isto é, sua construção em prática e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: o amoroso. [...] O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário (SWAIN, 2006, online).

Como supracitado, é destinado a ser legitimada como “mulher” se forem dóceis, amorosas, devotadas, recatadas e, sobretudo, amantes. Essa requisição mínima de que as mulheres cumpram este padrão, representa uma prisão ao desejo do outro, o que silencia a mulher em uma vida impotente e invisível. Nesse raciocínio, Garcia (1995) aponta a depressão, mesmo que não submetida a um tratamento psiquiátrico, como uma condição inerente à existência feminina, que, na impossibilidade de expressão, implode.

Dessa forma, ao questionarmos uma prática concreta na esfera da saúde mental, que acaba transformando a doença em coisa e reduzindo o indivíduo à sua biologia, o estudo dos gêneros e a abertura do espaço para discussões com relação a este tema, pode destacar aquilo que está oculto ao saber subjetivo e ainda os quesitos gendrados da experiência do sofrimento psíquico (ZANELLO; BUKOWITZ, 2011; ZANELLO, 2014).

Debater essa articulação possibilita não apenas refletir a loucura e a expressão dos sintomas arraigados à valores culturais, mas ainda, enxergar que naturalizar essas questões pode ser fator que intensifica a prática psiquiátrica em um modelo que representa regressão à luta antimanicomial. Tomar consciência disto nos autoriza, ainda, a trabalhar na desconstrução da fala científica da loucura, e permite que a restituição das vozes das ditas loucas, possa ser efetivada, proporcionando a escuta das individualidades da cultura nestas vozes.

2.3 DIMENSÃO ÉTICO- POLÍTICA DO SOFRIMENTO FEMININO

Bader Sawaia (1999), usa da epistemologia para discorrer sobre o sofrimento ético-político inerente aos seres humanos. A autora nos diz “É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (Sawaia, 2014, p. 101). Ressalta-se que não há a desconsideração por parte de autora de um sofrimento ontológico, com uma interpretação altamente singular e restrita a cada indivíduo, entretanto integra-se à este o sofrimento decorrente da situação social. A partir disso, Sawaia indica que:

Dessa forma, se os brados de sofrimento evidenciam a dominação oculta em relações muitas vezes consideradas como parte da natureza humana, o conhecimento dos mesmos possibilita a análise da vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica, em outras palavras, da vivência do mal que existe na sociedade. (SAWAIA, 1999, p.99)

Casares (2008) diz que definir de maneira conceituada a estereotipia, poderia se dar através uma construção social que se encontra implementada na ideia de cada um, onde esta seria um elemento constituído simbolicamente para além da razão. Para a autora, os estereótipos exercem o papel de sustento às desigualdades de gêneros e a hierarquia de poder que existe entre homens e mulheres. Dessa forma, as crenças, as estimas valorativas e princípios sócio-culturais, são fatores que afirmam a concepção e a manutenção dos papéis sociais privilegiados para a constituição identitária. Isto é, fornecem o desenho do caminho do privilégio emocional e comportamental, correspondente aos padrões sociais representativos do que é ser mulher e do que é ser homem.

Santos (2009) aponta que “aquilo que parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social”. O sofrimento psíquico não é, portanto, um sofrimento individual, que provém de um desajuste ou de uma incapacidade de adaptar-se, mas sim, proveniente da condição social do sujeito, que o impede de mobilizar e ressignificar os cárceres de papéis impostos pela sociedade. A perspectiva do sofrimento ético-político de Sawaia (1999) corrobora com a perspectiva de Santos (2009) ao assinalar que:

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (Sawaia, 1999, pp. 104-105)

A autora dá destaque para a afinidade existente entre a autonomia e o sofrimento ético-político, principalmente no que diz a perspectiva ética dos afetos proposta pelo filósofo holandês Baruch Spinoza (1632-1677). Spinoza propõe, em sua obra, a ética dos afetos como uma alternativa à moral normativa em que o corpo é afetado pela natureza na qual está inserido, quando afetado se comporta de maneira passiva e quando afeta se comporta ativamente. Segundo Sabioni (2019),

“o uso desta afetividade nas metodologias significaria a possibilidade de se indignar diante das situações de exclusão percebidas na sociedade”.

Dessa forma, demonstra que essa correlação se dá por um sofrimento vinculado aos mais diversos relacionamentos sociais, onde o indivíduo se sujeita a um rebaixamento de sua potencialidade para se enquadrar na passividade, no servir heterônomo, diante das vivências excludentes que são engendradas pelas desigualdades sociais, como é o caso das desigualdades de gênero.

No ponto de vista espinosiano, a variabilidade da força da ação é o que compõe o afeto (*affectus*). No momento em que a força de agir cresce, encontramos a alegria. No momento em que esta diminui, encontramos a tristeza. Quando se diminui as potencialidades da vida da mulher, cerceando seus direitos, subalternizando sua existência e conseqüentemente, adoecendo psiquicamente as mulheres, essas vivenciam mais facilmente um estado de tristeza. Segundo Sawaia (2006), com base em Espinosa: "a alegria é um estado de maior perfeição, porque está associado às afecções ativas (autonomia), e a tristeza está associada a um estado menor de perfeição, porque favorece a inatividade e a servidão". A autora ainda complementa "O homem submete-se à servidão porque é triste, amedrontado e supersticioso, fatores que anulam sua potência de vida, deixando-o vulnerável à tirania do outro, em quem ele deposita a esperança e a felicidade." Assim, pode-se analisar a subserviência histórica das mulheres aos homens, a partir da ótica de poder estabelecida entre os gêneros.

Sawaia diz dos retornos de afetos aos momentos em que o assujeitamento é fator reprodutivo das desigualdades sociais, configurando um fenômeno que é:

de sofrimento/paixão, gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência. (Sawaia, 2009, p. 370)

Para uma possível superação do sofrimento ético-político, a autora propõe essa lógica da potencialidade do agir, que pode resultar em auxílio epistemológico para a fundamentação das intervenções psicossociais a sujeitos que se encontram

afogados em situações de exclusão social. Barboza e Zanella (2007), em consonância à ideia, concluem: "defende-se, assim, que as intervenções no campo psi sejam comprometidas não com meras ações paliativas, mas, sobretudo, com a construção da potência de ação dos sujeitos e, portanto, com a superação do seu sofrimento ético-político".

3. METODOLOGIA

O presente estudo utiliza-se da metodologia de pesquisa qualitativa pois como ressalta Minayo (2010, p.21), “os estudos qualitativos tratam dos níveis da realidade social que, dificilmente, podem ser traduzidos em números e indicadores quantitativos, as complexas relações humanas, repletas de representações e intencionalidades. Nesse sentido, cabe ao pesquisador agir como “intérprete da realidade pesquisada, segundo os instrumentos conferidos pela sua postura teórico epistemológica”, sem a pretensão, evidentemente, de estabelecer suas constatações como verdades incontestáveis, mas evidenciando que o conhecimento produzido é fidedigno e relevante teórica e/ou socialmente (LUNA, 2011.p.14).

Foi utilizado o método de revisão bibliográfica narrativa que, segundo Gil (2002), é definida pelo estudo prévio sobre uma determinada temática, não tendo como finalidade esgotar a literatura disponível ou compendiar os critérios dos artigos.

Foram analisados os conceitos de feminismo por Simone de Beauvoir (1980), Judith Butler (2012), Silvia Federici (2004), o conceito de sofrimento ético-político de Bader Buhigan Sawaia (1999) e o conceito de loucura postulado por Michel Foucault (1961). Além disso, para a análise da construção da violência estrutural relacionada a gênero e saúde mental, foi utilizado de Zanello e Bukowitz (2011); Zanello (2016); Silva (2012); Andrade (2014).

4. ANÁLISE DA PESQUISA

O objeto de estudo da Psicologia Social Crítica é a transformação social e, por conseguinte, analisar o sofrimento das mulheres a partir da categoria do sofrimento ético-político auxiliaria em tal projeto buscando identificar os fatores que corroboram para esse sofrimento e a repensar as condições para sua superação. Em segundo lugar, a admissão dessa categoria reafirma o compromisso político da Psicologia Social, na medida em que considera que o sofrimento humano emerge não somente de um sentido individual, mas também social e ético. Ao que corrobora Ludemir (2008) ao afirmar que “a doença mental caracteriza-se por uma determinação complexa que envolve dimensões econômicas, social, política e cultural, expressando-se diferentemente nas classes sociais e nas relações gênero”, pois:

Quando se perscrutam as causas estruturais das doenças mentais, na perspectiva de classe e gênero, percebem-se relações de subordinação e domínio, estabelecidas entre esses recortes sociais, que se expressam, sob a forma de sofrimento mental, de modo diferenciado entre esses grupos. Nessas relações estão imbricadas questões relativas a poder, privilégio e equidade (LUDERMIR, 2008, p. 461).

Destaca-se a importância de reconhecer os limites desse trabalho tendo em vista que o mesmo se propõe a dialogar, com as referências indicadas, sobre o sofrimento ético-político da mulher. Nesse sentido, reconhecemos as interseccionalidades como raça e classe, todavia, a opção é por focar os conceitos de sofrimento ético-político de Sawaia (1999) e o lugar da mulher nesse sofrimento.

A partir do exposto, nos questionamos: Como se estabelece a ideia de relação social do gênero em um estado de sofrimento psíquico? A resposta para tal é incipiente, uma vez que a elaboração da saúde mental pela perspectiva de gênero ainda é escassa. Todavia, algumas autoras como Zanello; Silva (2012); Andrade (2014), ressaltam a experiência pessoal no sofrimento psíquico construído socialmente.

Nesse contexto, Zanello e Bukowitz (2011), desempenharam uma pesquisa que visava analisar a loucura e o adoecimento psíquico em uma concepção de gênero, colocando em pauta os valores e ideias que permearam essa história da construção do lugar feminino, e tinha como objetivo principal possibilitar a articulação de estratégias interventivas em saúde mental que considerassem as especificidades das diversidades de gêneros no sofrimento psíquico. A pesquisa demonstrou a fragilidade do sistema atual de saúde mental que, por vezes, desempenha função de reforçador dos papéis sociais, bem como a estigmatização das condutas que podem desviar o conceito do modelo patriarcal, o que, em outras palavras, torna as questões de gênero no adoecimento psíquico invisíveis e inalcançáveis aos serviços de saúde.

Nos estudos realizados por elas, temos o destaque para o fato de que o sofrimento psíquico interligado à lógica do narcisismo é mediado e elaborado pela ótica de gênero, onde nas mulheres, ocorreu prevalência de falas carregadas de queixas relacionais como as amorosas e familiares, além de uma visão viril pela beleza, uma expressão de papel responsável pela satisfação sexual dos parceiros e romantização do cuidado pelo outro. Enquanto nos homens, a prevalência dos discursos se estabelecia pela força física, fama, riqueza e virilidade sexual.

As autoras destacam ainda o quanto a constituição do sofrimento, assim como as reações comuns a ele, é afetada pela sociedade e manipuladas pelos valores e estereótipos de gênero, tornando este caminho de construção permeável à privilégios e subjetivação distintos entre homens e mulheres, momento este em que temos a evidência do processo de adoecimento psíquico e expressividade do sofrimento.

Zanello, Fiuza e Costa (2015) condizem quando apresentam a seguinte ideia: “ainda que a vivência de gênero pareça ser algo extremamente individual, as experiências de mal-estares subjetivos são moldadas por uma configuração social”. Afirmção esta que corresponde também com Santos (2009), que nos traz o reconhecimento do sofrimento psíquico para além de um olhar individual, mas sim, como uma construção coletiva, social, permeada por normas e padrões que se enquadram nos debates de gênero e sua configuração do sofrimento. A visão

desses autores entra em consonância com a epistemologia proposta por Sawaia, que diz de um sofrimento que é afetado pelas características do contexto social.

Em defesa, Alves (2017) diz que a característica do gênero feminino é a imagem de um ser oprimido, isto é, ser mulher é ser submissa a experiências que promovem a manutenção da desigualdade oriunda da estrutura social do patriarcado. Portanto, apenas no momento em que as questões de gênero são questionadas é que essa submissão passa a ser vista e entendida como constituinte de um sofrimento ético-político feminino. Destarte, esse movimento social das experiências que são vivenciadas pelo gênero feminino, é o que gera uma marca desigual e opressiva, representando o atravessamento na saúde mental das mulheres. Zanello, Fiuza e Costa (2015) confirmam, portanto, que o sofrimento psíquico é também uma consequência da sociedade, e que quanto mais inferior for o papel social designado ao ser, mais sintomáticas serão as desigualdades.

A mulher, como apontado por Beauvoir (1980) ocupa um lugar inferior quando comparado ao lugar do homem. Sawaia (1999) a partir da ética dos afetos em Spinoza aponta que ao vivenciar afetos de tristeza, a potência de ação do sujeito se rebaixa, deixando-o mais subserviente. Traçando um paralelo entre essas colocações podemos observar que a opressão e as violências de gênero mulheres são vivenciadas pelas mulheres como afetos de tristeza, o que intensifica sua subserviência, mantendo assim, a lógica patriarcal das relações desiguais entre os gêneros favorecendo a manutenção do poder entre os homens.

CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas enfatizamos a importância de discutir a saúde mental feminina muito além do diagnóstico clínico, promovendo novos debates a partir do viés social, considerando a evidente necessidade de se compreender o sofrimento psíquico nas mulheres, a partir da observação das relações de gênero que permeiam suas vivências sociais. As relações sociais díspares desempenham papel de manutenção da culpa ao sujeito por este se encontrar em uma condição opressora, sendo assim sustentada em suma por essa dinâmica.

Dessa forma, se faz necessário a atenção da Psicologia Social e de seu compromisso ético-político no âmbito afetivo coletivo. A Psicologia deve se tornar crítica de si mesma, para que, dessa forma, possa assumir o seu papel de responsabilidade social, cultural e política, a fim de que possa ser realmente, emancipatória. Para tanto, analisar mais profundamente as relações de gênero a partir da epistemologia do sofrimento ético-político postulada por Bader Sawaia constitui-se de um aliado nesse objetivo. Em sua prática, o psicólogo deve atuar através de intervenções psicossociais que atuem com vistas à produção e fortalecimento da potência de ação dos sujeitos de maneira que se entenda a dimensão coletiva do sofrimento, sem deixar de lado os aspectos singulares envolvidos no sofrimento de cada um.

Defende-se e destaca-se a criação e promoção de mais políticas públicas que forneçam e promovam acessibilidade, proteção, encorajamento e autonomia às mulheres e o fortalecimento dos Conselhos do Direito da Mulher. Assim como a divulgação e a promoção de debates nas instituições de ensino, onde possam ser abordados assuntos como: estupro; canais existentes na atualidade de denúncias e apoio; programas sociais que fornecem segurança, amparo e proteção às mulheres vítimas de violência; debate acerca da efetividade das leis, assim como possibilidade de que estas sejam mais rígidas e aplicadas na prática; divulgação das estatísticas nos canais de tecnologia e comunicação, como forma de alertar a sociedade quanto aos crescentes casos de mulheres vítimas dos mais diversos tipos de violência; que nos ambientes de convivência como escola, família, possa existir como um dos princípios e objetivos a formação de homens e mulheres que entendam e priorizem a igualdade e equidade de gênero, assim como os deveres e os direitos que são estabelecidos; que as mulheres possam ser respeitadas e tenham valor, independentemente de sua aparência física e correspondência aos padrões sociais de beleza; que o medo de ser mulher, de viver como mulher, possa ser assunto de formação crítica, em que as leis penais e os princípios dos direitos humanos possam assegurar às mulheres o direito de ir e vir, de serem quem são, e de simplesmente viverem como mulheres.

**WOMEN'S MENTAL HEALTH: PERSPECTIVES FROM ETHICAL-POLITICAL
SUFFERING
ABSTRACT**

This objective of this research is to study the psychological suffering of women from the perspective of their ethical-political suffering. The research is based on a qualitative methodology of the literature review type (that is, a documentary research), with the following objectives: analyzing the interface between the social representation of women and the concepts of madness; drawing a parallel between “becoming a woman” and “becoming crazy” historically and; problematizing female psychological suffering as ethical-political suffering. The research results point out that the psychological suffering of women is also conceived as a social construction through the inequalities between genders, perpetuating the logic of power and domination of men over women.

Key-words: GENDER, MADNESS, ETHICAL-POLITICAL SUFFERING.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista**. In: CASE, S.- H. (Org.). *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre*. Baltimore: Johns Hopkins, 1990. p. 296-314.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

CASARES, A. M. **Antropologia del gênero: cultura, mitos e estereótipos sexuales**. Madri: Cátedra, 2008.

COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. **Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais** Lisboa: OMS, 2010.

GARCIA, C. C. **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1995.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de Classe e Gênero e Saúde Mental nas Cidades. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18 [3]: 451-467, 2008.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC – Editora da PUC- SP, 2011. p.116 .

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revistas de Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 8, n, 2, p. 8-41, 2000.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001 - saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Genebra: OMS, 2001.

OMS- Organização Mundial de Saúde. **World healthstatistics 2017: monitoring health for the SDGs, Sustainable Development Goals**. France: OMS, 2017

SABIONI, Laiana Gonçalves. **A teoria dos afetos de Spinoza e a psicologia social brasileira**. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10824>. Acesso em 02/11/2022.

SARDENBERG. Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero aportes conceituais e prático-políticos. In: **Travessias de gênero na perspectiva feminista** / Ivia Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vasquez e Silvia de Aquino, organizadoras. - Salvador:EDUFBA/NEIM, 2010. 330 p. – (Coleção Bahianas; 12)

Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.

Sawaia, B. B. (2006). Espinosa: o precursor da ética e da educação ambiental com base nas paixões humanas. In I. C. M. Carvalho, M. Grün, & R. Trajber (Orgs.), **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental** (pp. 76-89, Coleção Educação para Todos). Brasília: Edições MEC/UNESCO.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, 21(3), 364-372.

SPINOZA, **Benedictus de. Ética**. Trad.: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora,2009.

SWAIN, T. N. Entre a vida e a morte, o sexo. **Revista Labrys Estudos Feministas**, 2006. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/entre%20a%20vida%20e%20a%20morte.htm> Acesso em: 14 de Outubro de 2022

SWAIN, T. N. Diferença sexual: uma questão de poder. In: **simpósio de gênero e literatura da universidade federal do Ceará**, 1., Fortaleza. 2011. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/diferenca%20sexual.htm> Acesso em: 12 de Outubro de 2022

ZANELLO, V. A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. (Org.). **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014a.p. 41-58.

ZANELLO, V. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V. (Org.). **Estudos feministas e de gênero: perspectivas e articulações**. Florianópolis: Mulheres, 2014b. p. 108-118.

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys Estudos Feministas**. v. 20-21, 2011. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm> Acesso em: 14 de Outubro de 2022

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B.; COELHO, E. Xingamentos entre adolescentes em Brasília: linguagem gênero e poder. **Interacções**, v. 7, n. 17, p. 151-69, 2011.

ZANELLO, V; CAMPOS, L.; HENDERSON, G. Saúde mental, gênero e velhice na instituição asilar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. No prelo.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 238-246, 2015.

ZANELLO V.; GOMES, T. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, p. 265-80, 2010.

ZANELLO V.; ROMERO, A. C. “Vagabundo” ou “vagabunda”? Xingamentos e relações de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys22/libre/valeskapt.htm> Acesso em: 12 de Outubro de 2022

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, v. 20, n. 2, p. 267-79, 2012.

ZANELLO, V.; SOUSA, G. Mais música, menos haldol: uma experiência entre música, pharmakon e loucura. **Mental, Barbacena**, v. 7, n. 13.2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272009000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 12 de Outubro de 2022